

Bolsonaro versus Governadores: Como o *fact-checking* de governos estaduais petistas embute disputas políticas no contexto da pandemia

Rômulo Almeida da Costa¹

<https://orcid.org/0000-0002-1017-3103>

Hébely da Silva Rebouças²

<http://orcid.org/0000-0002-4299-0175>

Resumo: Este artigo discute como checagens oficiais realizadas por governos estaduais liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) embutem disputas políticas travadas com o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, no contexto da pandemia da covid-19. Realizou-se uma Análise de Conteúdo (Bardin, 1977) das 121 checagens estatais realizadas pelos governos do Ceará, Piauí e Bahia no primeiro ano da crise sanitária, identificando aspectos relacionados à disputa política entre os governos

federal e estaduais. Observou-se que iniciativas estatais de *fact-checking* concentraram a maior parte da sua produção para divulgar a versão dos governos sobre os temas relacionados à pandemia, e a temas ligados a eixos de conflito entre o presidente da República e os chefes de Executivo estadual, fazendo referência direta a personagens políticos. Além disso, os governos instrumentalizam o *fact-checking*, deslocando-o do campo jornalístico para o campo político.

Palavras-Chave: *Fact-checking*; Pandemia; Disputas políticas

Bolsonaro versus Governors: How *fact-checking* of PT state governments embeds political disputes in the context of the pandemic

Abstract: This article discusses how official *fact-checkings* carried out by state governments led by the Partido dos Trabalhadores (PT) embed political disputes with the president of Brazil,

Jair Bolsonaro, in the context of the covid-19 pandemic. A Content Analysis (Bardin, 1977) was carried out of the 121 state *fact-checkings* carried out by the governments of Ceará, Piauí and

¹ Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Ceará, Ceará, Brasil. E-mail: romulocostace@gmail.com.

² Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Ceará, Ceará, Brasil. E-mail: hebely@gmail.com.

Bahia in the first year of the health crisis, identifying aspects related to the political dispute between the federal and state governments. It was observed that state fact-checking initiatives concentrated most of their production to disseminate the government's version on issues related to the

pandemic, and issues related to conflict axes between the President of the Republic and the heads of state Executive, making direct reference to political characters. Furthermore, governments implement fact-checking, moving it from the journalistic field to the political field.

Keywords: Fact checking; Pandemic; Political disputes

Bolsonaro versus Governadores: Como las acciones de fact-checking hechas por gobiernos estatales del PT presentan las disputas políticas en el contexto de la pandemia

Resumen: Este artículo discute como chequeos oficiales realizados por los gobiernos estatales liderados por el Partido de los Trabajadores (PT) incrusten disputas políticas con el presidente de Brasil, Jair Bolsonaro, en el contexto de la pandemia del covid-19. Se ha realizado un Análisis de Contenido (Bardin, 1977) de los 121 chequeos estatales realizados por los gobiernos de Ceará, Piauí y Bahía en el primer año de la crisis sanitaria, identificando aspectos relacionados con la disputa política entre los gobiernos federal y estatal. Se

observó que las iniciativas estatales de verificación de datos concentraron la mayor parte de su producción para difundir la versión de los gobiernos sobre temas relacionados con la pandemia, y temas relacionados con los ejes de conflicto entre el Presidente de la República y los jefes del poder ejecutivo estadual, haciendo referencia directa a personajes políticos. Además, los gobiernos instrumentalizan la verificación de hechos, moviéndola del campo periodístico al campo político.

Palabras Clave: Fact-checking; Pandemia; Disputas políticas

I. Introdução

Paralelamente à evolução do número de casos de covid-19, o mundo também observou o intenso compartilhamento de desinformações relacionadas à pandemia por meio de plataformas de redes sociais na Internet. Os conteúdos, em boa parte, confundiam a população sobre métodos de prevenção e

tratamento contra a doença, afetando diretamente as políticas implementadas pelas autoridades sanitárias. O trabalho das agências de *fact-checking* ganhou especial visibilidade no período, chegando a receber o reconhecimento público do secretário-geral das Organizações das Nações Unidas, António Guterres, em pronunciamento³ dirigido ao mundo em 14 de abril de 2020.

Surgido inicialmente com o intuito de checar apenas declarações públicas de entes políticos em exercício de mandato ou em campanha eleitoral, o *fact-checking* tem se reconfigurado como um esforço do campo jornalístico para interromper ou reduzir a circulação de informações falsas e enganosas no atual contexto de desordem informacional (Wardle & Derakhashan, 2017). Além disso, tem sido utilizado como estratégia de legitimação discursiva pelos próprios jornalistas e veículos de comunicação para reforçar valores historicamente reivindicados pelo campo, entre os quais incluem-se a imparcialidade, objetividade e neutralidade, postos à prova diante da crise de credibilidade vivenciada pela imprensa (Miguel, 2019).

É sabido que tais iniciativas não conseguem fazer frente ao volume de informações enganosas disseminadas nas plataformas de redes sociais (Cabañes, 2020); porém, a expansão das agências de checagem expressa o esforço dos jornalistas para promover uma espécie de “reordenamento informacional”.

Ao longo dos séculos, mecanismos de desinformação, tais como a disseminação de boatos, a descontextualização de declarações ou o falseamento de dados, têm caminhado lado a lado com as disputas políticas. Essa associação tornou-se ainda mais perceptível com a instrumentalização dos recursos das plataformas de redes sociais para persuasão política (Lelo, 2019), sobretudo a partir de 2016, com a eleição que alçou Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, e o plebiscito que oficializou a saída da Grã-Bretanha da União Europeia, o “*Brexit*” (Piaia & Alves, 2020; Egelhofer & Lecheler, 2019; Gelfert,

³ Pronunciamento disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/04/1710342>. Acesso em 6 dez. 2021.

2018; Kreiss & McGregor, 2017), fazendo emergir uma série de discussões em torno dos efeitos das chamadas *fake news*.

No Brasil, esse debate ganhou força em 2018, com a eleição do ex-deputado federal de extrema direita Jair Bolsonaro (PL) como presidente da República, após uma campanha fortemente ancorada nas redes sociais e com ostensiva propagação de conteúdo desinformativo (Alves, 2021; Piaia & Alves, 2020; Miguel, 2019).

Como chefe do Poder Executivo, coube a Bolsonaro gerir a crise provocada pela pandemia da covid-19, registrada no Brasil a partir de março de 2020. O presidente, no entanto, assumiu postura negacionista diante das medidas recomendadas pelas autoridades sanitárias internacionais, passando a rivalizar com parte considerável dos gestores estaduais e municipais do país que defendiam o uso de máscaras, o distanciamento social, o fechamento de serviços não-essenciais e a restrição da circulação de pessoas nas ruas como forma de conter a disseminação do SARS-CoV-2.

Em meio à intensa circulação de conteúdo desinformativo na Internet e da progressiva tensão institucional diante da crise sanitária, marcada pelas disputas de narrativas e os conflitos com a gestão Bolsonaro, alguns governos estaduais recorreram a ferramentas tipicamente jornalísticas para se posicionar discursivamente no polo da verdade e fundaram iniciativas próprias de *fact-checking* em suas páginas institucionais como parte das estratégias comunicativas durante a pandemia (Silva & Costa, 2020). Ao todo, oito governos estaduais brasileiros lançaram iniciativas do gênero, sendo seis deles localizados no Nordeste, região do País mais hostil ao Governo Bolsonaro.

A tensão entre o presidente da República e as forças políticas do Nordeste remonta à campanha de 2018, quando a alta popularidade do Partido dos Trabalhadores (PT), impulsionada pela figura do ex-presidente Lula, impunha obstáculos para o avanço bolsonarista no território. Os eleitores nordestinos foram os únicos que, naquele pleito, elegeram governadores do PT, após sucessivo processo de erosão de imagem sofrido pelo partido, sobretudo a partir da gestão da ex-presidenta Dilma Rousseff (Alves, 2017). Após a eleição de

2018, a tensão permaneceu entre os atores políticos da região e o Palácio do Planalto. Os governos estaduais se organizaram em bloco para atuar conjuntamente em prol de demandas para a região e, em determinados momentos, enfrentar o Governo Bolsonaro. Fundado em agosto de 2019, o chamado Consórcio Nordeste teve como primeiro presidente o governador da Bahia, Rui Costa, filiado ao PT, sucedido em seguida por outro petista, o governador do Piauí, Wellington Dias, que lidera o bloco desde 2020.

As agências de *fact-checking* governamentais, embora surgidas como iniciativas institucionais, mantidas e alimentadas pela estrutura do Estado, surgem, portanto, nesse contexto de intensas disputas políticas – o que suscita algumas indagações: de que modo essas agências são exploradas, ou não, pelos governos estaduais como ferramenta de confronto com Bolsonaro? De que maneira as checagens oficiais estariam relacionadas aos conflitos travados entre o presidente e governadores?

Nesse contexto, é objetivo do presente artigo investigar se e *de que modo* os serviços de *fact-checking* estatal dos governos estaduais embutem as disputas políticas travadas entre Bolsonaro e os governadores no primeiro ano da pandemia de covid-19 no Brasil. Para isso, serão analisadas, por meio de técnicas de Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), em caráter exploratório, um total de 121 checagens dos sites oficiais de três estados nordestinos governados pelo PT: Bahia, Ceará e Piauí, publicadas entre março de 2020 e março de 2021. Nossa intenção, portanto, é analisar se as checagens oficiais de estados governados pelo PT, partido que é o principal alvo político do bolsonarismo, estão vinculadas a temas em torno dos quais houve conflitos e disputas narrativas entre os governadores e o presidente.

Antes de contextualizar mais detalhadamente o nosso objeto e apresentar os procedimentos metodológicos da análise, faremos uma breve discussão sobre o uso do *fact-checking* como ferramenta do campo jornalístico na tentativa de promover o ordenamento informacional no contexto de desinformação em massa e como as instituições governamentais utilizam-se desse mecanismo

para se posicionar no polo da verdade em um ambiente de disputas políticas, apelando para recursos do fazer jornalístico.

2. *Fact-Checking* e política

A crise enfrentada pelo jornalismo na contemporaneidade tem início no começo século XXI, a partir do surgimento, popularização e domínio das plataformas de tecnologia e redes sociais, que provocou repercussões no mercado de mídia e, conseqüentemente, na própria deontologia do campo jornalístico. Graves (2016) observa que esse fenômeno ensejou transformações nas normas e nas práticas jornalísticas, bem como a diminuição gradual do papel de *gatekeeping* das organizações tradicionais de notícias e a fragmentação no cenário da mídia, o que reduziu o controle dessas organizações sobre a esfera pública.

Ao buscar as razões para a emergência do *fact-checking* neste contexto, Amazeen (2018) apresenta três fatores possíveis para a eclosão da ferramenta: 1) declínio no jornalismo tradicional; 2) fácil acesso às tecnologias para as massas e 3) agitação sociopolítica. Esse cenário potencializou a expansão vertiginosa das iniciativas de checagem em vários países.

Em fevereiro de 2018, o mapeamento do Duke Reporter's Lab⁴ identificou em funcionamento 149 iniciativas de *fact-checking* em todo o mundo. Em junho de 2021, pouco mais de dois anos depois, esse número já tinha mais do que dobrado, chegando a 341 serviços de *fact-checking* em atuação espalhados por todos os continentes. O avanço dessas iniciativas se dá, sobretudo, em países cujas democracias e modelos de governança estão sob ameaça, uma vez que os conflitos sociopolíticos motivam ações públicas e demandas de responsabilização (Amazeen, 2018).

Como dito anteriormente, a emergência do *fact-checking* também está atrelada aos interesses dos próprios jornalistas em revisar práticas e

⁴ O laboratório faz o mapeamento das iniciativas de fact-checking ativas e inativas em todo o mundo, com acesso disponível pela página <https://reporterslab.org/fact-checking/>. Acesso 25 jun. 2021.

abordagens amplamente absorvidas nas rotinas produtivas dos veículos de comunicação de massa, apostando em um jornalismo mais analítico e se afastando das reproduções acrílicas dos discursos de entes públicos – o chamado jornalismo declaratório, muito comum na cobertura midiática da política (Graves, 2016; Seibt, 2019; Miguel, 2019; Amazeen, 2018).

Foi exatamente no contexto da cobertura político-eleitoral que o interesse de checagem do discurso público surgiu, abrindo espaço para o desenvolvimento do *fact-checking* como um formato jornalístico, tal como observamos hoje nas experiências de checagem em exercício. A primeira iniciativa do gênero foi nas eleições estadunidenses de 1992, quando a rede de TV CNN destacou o jornalista Brooks Jackson para liderar uma equipe de profissionais dedicados a fazer checagem do discurso dos candidatos à presidência disseminado em propagandas eleitorais. O formato se popularizou no canal e motivou Jackson a fundar, em 2003, o *FactCheck.org*, considerada a primeira iniciativa de checagem de fatos no formato similar ao praticado pela mídia atualmente. Em 2007, surgiram outras iniciativas, como o *PolitiFact.com* e o *Fact Checker*, do *Washington Post* (Graves, 2016; Seibt, 2019). Todos focados, apenas, em verificar dados e informações de discursos públicos de entes políticos.

No Brasil, as primeiras agências jornalísticas dedicadas exclusivamente ao *fact-checking* começaram a aparecer em 2015, também centradas na checagem do discurso público de autoridades e políticos. No entanto, percebe-se que, gradualmente, a produção das agências sofreu mudanças, abarcando a verificação também de boatos circulantes nas redes sociais, sobretudo a partir do contexto eleitoral de 2018, quando as principais agências firmaram parcerias com as empresas de plataforma, como Google e Facebook. Essa associação, contudo, expõe fragilidades no processo de financiamento das agências de *fact-checking* que acabam deixando suas rotinas produtivas serem afetadas pelas plataformas de mídias em favor dos recursos obtidos a partir de editais de financiamento, situação também vivenciada por outras iniciativas do tipo ao redor do mundo (Nicey & Bigot, 2020).

A questão do financiamento é uma das contradições que colocam a prática do *fact-checking* ainda na busca por legitimação. As outras dizem respeito à própria atividade jornalística, que já vinha sendo bastante contestada no Brasil à época (Seibt, 2019), sobretudo pelo entrelaçamento da imprensa no turbilhão de acontecimentos políticos que envolviam, entre outros episódios, a operação Lava Jato, o desgaste político da presidente Dilma Rousseff (PT) e o crescimento da direita conservadora brasileira fomentado pelo antipetismo. Miguel (2019, p. 52) resume: “Na prática, formou-se no Brasil uma triangulação entre aparelho repressivo, mídia e fábricas de *fake news*”.

Se para Graves (2016, p. 63), o *fact-checking* surge como um movimento que “reflete e reproduz a cultura profissional atrelada a um jornalismo mais analítico”, Miguel (2019) entende que, no caso brasileiro, as iniciativas de *fact-checking* aparecem na esteira da crise de credibilidade da mídia com o objetivo de construir um discurso verossímil de relegitimação, valendo-se da ameaça das *fake news*, e de atestar uma suposta “objetividade” da imprensa profissional, no momento em que, sobre ela, recaíam suspeitas de que estaria alinhada às agitações políticas de direita no País.

Ancorada em Miguel (2019), Moretzsohn (2019) sustenta que as agências de *fact-checking* não avançam em nada em relação à mídia tradicional no que se refere ao alinhamento ideológico apresentado pelos veículos de massa. A pesquisadora também questiona os procedimentos jornalísticos utilizados para a realização das checagens, baseada na seleção de frases isoladas, o que, para ela, não abarca a complexidade dos sentidos do discurso. Para a autora, é imprescindível discutir a “contextualização que envolve os sentidos possíveis de uma narrativa”, (Moretzsohn, 2019, p. 549), ou seja, o não-dito. A falta das devidas contextualizações e a opção por selecionar determinadas sentenças para, então, rotular determinada declaração de “fato” ou “*fake*”, seriam falhas graves das iniciativas de checagem.

No escopo dessa discussão, Seibt (2019) entende que tanto o jornalismo tradicional quanto a prática do *fact-checking* só serão capazes de corresponder ao propósito democrático de vigilância social se gozar de credibilidade. Na

avaliação dela, porém, o *fact-checking* está um passo à frente do jornalismo tradicional por tomar a transparência como princípio normativo, exigindo que cada checagem apresente, de maneira objetiva, o método para a verificação dos dados e as fontes utilizadas na classificação das informações. Esse princípio estaria, conforme a pesquisadora, mais vinculado à prática das checagens do que os próprios ideais de verdade e objetividade, defendidos pelo jornalismo tradicional. A partir da premissa da transparência, o leitor poderia questionar as conclusões da checagem a partir do percurso do repórter, o que nem sempre seria possível no formato jornalístico convencional (Seibt, 2019, p. 125).

Se a transparência é o princípio normativo do *fact-checking*, as iniciativas dos governos estaduais brasileiros, ao tentar reproduzir a prática no âmbito da comunicação governamental, distanciam-se dos procedimentos utilizados pelo campo jornalístico. Assumindo o papel de autoridade, os governos se eximem de explicar os meios utilizados por seus instrumentos próprios de *fact-checking* para classificar determinado conteúdo como verdadeiro ou não-verdadeiro.

A opacidade dos métodos e das fontes é aliada à simplificação dos selos utilizados no ato das checagens, que não possuem nenhum nível de gradação entre “verdade” e “falsidade”, refletindo a própria polarização política do atual contexto brasileiro (Silva & Costa, 2020). Tais procedimentos contribuem para reforçar a noção de que os governos estaduais instrumentalizam recursos da linguagem jornalística para se situar no pólo discursivo da verdade, historicamente reivindicado pelos meios de comunicação. Ao mimetizar o formato do *fact-checking* na estrutura da comunicação governamental, os governos estaduais recorrem a ideais já acionados pelas agências jornalísticas a partir do momento que a pandemia deixa evidente o descompasso entre o Governo Federal e os estados brasileiros.

3. Checagens oficiais

Logo em março de 2020, mês das primeiras ocorrências de covid-19 no Brasil, os governos estaduais passaram a concentrar informações sobre a

pandemia em hotspots hospedados em seus respectivos portais institucionais como estratégia comunicativa diante da crise sanitária emergente. Em paralelo, também houve o lançamento de iniciativas de *fact-checking* estatal por algumas administrações públicas estaduais, ora incluindo a ferramenta em seções desses hotspots sobre o coronavírus e, em alguns casos, como páginas institucionais alocadas nos websites dos governos.

Em 2020, oito governos estaduais inseriram esses serviços no escopo da sua comunicação institucional, são eles: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e São Paulo. Em março de 2021, o Rio Grande do Norte acompanhou os demais estados, tornando-se o último governo a instituir o serviço.

Como apresentado anteriormente, a maioria dos estados que adotaram essa estratégia estão localizados na região Nordeste. Dos nove estados que compõem o bloco regional, apenas Pernambuco e Sergipe não lançaram serviços estatais de *fact-checking*. Alagoas foi o primeiro estado a colocar no ar a iniciativa, em março de 2020. Em abril, a estratégia foi seguida por Ceará, Bahia e Maranhão, sendo posteriormente acompanhados por Paraíba e Piauí, em maio de 2020.

Neste estudo exploratório, vamos concentrar nossa investigação nos estados administrados pelo PT, principal alvo político do presidente Jair Bolsonaro, que desde a campanha de 2018 apela para o sentimento do antipetismo para conseguir arregimentar apoiadores. Atualmente, todas as administrações estaduais lideradas pelo PT se localizam no Nordeste – Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte e Piauí. Para a análise, excluímos o Rio Grande do Norte, pois nosso foco é investigar as checagens oficiais empreendidas pelos estados governados pelo PT no primeiro ano da pandemia, o que não será possível realizar incluindo a administração potiguar, uma vez que tal governo só lançou a iniciativa em março de 2021 – portanto, fora do recorte temporal de nosso *corpus*.

Chefiado pelo governador Camilo Santana (PT-CE), o Governo do Ceará apresentou ao público a sua plataforma de checagem estatal no dia 29 de abril

de 2020. Intitulada como Antifake CE⁵, o serviço foi descrito pelo Governo do Ceará como uma “agência oficial para checagem de dados e estabelecimento da verdade em temas ligados à administração pública estadual” durante a pandemia, um “cenário de incerteza”, em que “informações falsas se propagam, provocando medo na população” (Governo do Ceará, 2020, online)⁶. A ferramenta é vinculada à Secretaria da Casa Civil, diretamente ligada à cúpula político-administrativa da gestão estadual.

Na mesma data do lançamento do serviço de *fact-checking* estatal cearense, o governo baiano inaugurou oficialmente a ferramenta “Bahia contra o Fake”. À época, o governador Rui Costa (PT-BA) atuava como presidente do Consórcio Nordeste, cargo que ocupou até dezembro de 2020. Diferentemente do Ceará, o Governo da Bahia não descreve o serviço como uma agência de checagem e, sim, como um canal para “para tirar as dúvidas dos internautas e evitar o repasse das famosas fake news (notícias falsas)”⁷. O conteúdo é apresentado aos leitores sob selos de “fato” ou “fake”, gerando uma paráfrase com o serviço de checagem de fatos do portal G1, intitulado “Fato ou fake”, lançado em 2018, portanto, dois anos antes do serviço estatal baiano. Ao apelar para esse recurso de interdiscursividade, o Governo da Bahia assume uma estratégia de legitimação para a ferramenta de *fact-checking* estatal se apropriando de um enunciado já em circulação no ambiente midiático que também atua contra a circulação de desinformação na web (Silva & Costa, 2020).

Comandado pelo governador Wellington Dias (PT-PI), atual presidente do Consórcio Nordeste, o Piauí lançou no dia 3 de maio de 2020 uma seção na sua página institucional para reunir checagens oficiais empreendidas pelo Governo. O serviço, sem nome oficial, também não é denominado como agência, mas, sim,

⁵ A Agência Antifake está disponível em: <https://www.ceara.gov.br/antifake/>. Acesso em 6 dez. 2021.

⁶ Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/04/29/antifake-governo-do-ceara-lanca-agencia-de-checagem-de-dados-e-noticias/>. Acesso em 6 dez. 2021.

⁷ Governo do Bahia disponibiliza canais para combater fake news. Disponível em <https://g1.globo.com/ba/bahia/especial-publicitario/governo-da-bahia-juntos-pela-prevencao/noticia/2020/05/06/governo-do-bahia-disponibiliza-canais-para-combater-fake-news.ghtml>. Acesso em 16 ago. 2021.

como “uma página voltada exclusivamente para esclarecer assuntos que foram tratados como notícias verdadeiras”.

Feitas as apresentações das páginas de *fact-checking* estatal que serão objeto de nossa investigação, partiremos para uma breve contextualização sobre as disputas políticas envolvendo o presidente Jair Bolsonaro e os governos estaduais, sobretudo no cenário do primeiro ano da pandemia da covid-19 no Brasil. Em seguida, traremos a apresentação da metodologia definida para a investigação proposta neste artigo.

4. Contextualização: Bolsonaro versus Governadores

A postura negacionista de Bolsonaro em relação ao enfrentamento da pandemia colocou em lados opostos o Poder Executivo Federal e vários governos estaduais. Em abril de 2020, incomodado com as decisões de prefeitos e governadores de fechar serviços não-essenciais e implementar o *lockdown*, o Governo Federal editou uma medida provisória que garantia à Presidência da República a centralização de decisões sobre o assunto. O Supremo Tribunal Federal (STF), no entanto, decidiu por manter a autonomia de estados e municípios, reconhecendo sua competência para tomar providências normativas e administrativas de combate à covid-19, o que acabou acirrando a rivalidade entre estados e União.

O *lockdown* virou um dos principais alvos de divergências entre os entes federativos, com Bolsonaro tecendo críticas, em seus perfis em redes sociais e em entrevistas à imprensa, à decisão de governadores de restringir a circulação de pessoas como forma de conter o novo coronavírus, conforme se demonstra na Figura 1.



"Documento e declaração de que vai trabalhar"... Se não tem desce. Assim o povo está sendo tratado e governado pelo PCdoB/MA e situações semelhantes em mais estados. O chefe de família deve ficar em casa passando fome com sua família. Milhões já sentem como é viver na Venezuela.

Figura 1. Reprodução de declaração de Bolsonaro criticando decisão do governo maranhense de fiscalizar a circulação de pessoas no estado⁸
Fonte: Perfil de Jair Bolsonaro no Twitter

O primeiro ano da pandemia no Brasil foi marcado por uma disputa de narrativas sobre vários outros aspectos da covid-19, como o uso de medicamentos como a hidroxicloroquina e ivermectina, sem eficiência comprovada por órgãos científicos para o tratamento ou prevenção da doença (Fig. 2). Acusações de fraude nos registros de casos confirmados e mortes em decorrência da covid-19, corrupção nos estados e mau uso na aplicação de recursos federais também permearam o discurso do em relação aos governos estaduais. Jair Bolsonaro usou por diversos momentos o seu perfil no Twitter para reforçar as suspeitas contra os governadores e incitar sua base (Fig. 3).



Em resposta a @jairbolsonaro

D- 3,4 milhões de unidade de Hidroxicloroquina enviadas para todo Brasil. Lamentavelmente alguns estados tem recusado tais procedimentos. Desenvolve-se maneiras de maior ampliação na produção e compra do medicamento, hoje utilizado em todo mundo.

7:59 AM · 15 de mai de 2020 · Twitter for iPhone

Figura 2: Reprodução de declaração de Bolsonaro criticando estados por não utilizarem a hidroxicloroquina no protocolo contra a covid-19⁹
Fonte: Perfil de Jair Bolsonaro no Twitter

⁸ Postagem disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1259457190773088257>. Acesso em 6 dez. 2021.

⁹ Postagem disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1261249929437200384>. Acesso em 6 dez. 2021.



Jair M. Bolsonaro ✓
@jairbolsonaro



A. As investigações sobre fraudes na saúde durante pandemia já atinge governos de mais de 7 estados e valor investigado chega a R\$ 1,07 bilhão. As operações averiguam irregularidades na Saúde em cidades de PE, RJ, AC, RO, PA, MA, AC, AM. Detalhes em gov.br/cgu

Figura 3. Print de postagem em que Bolsonaro lança suspeitas de corrupção nos estados¹⁰
Fonte: Perfil de Jair Bolsonaro no Twitter

Além disso, vários comportamentos de Bolsonaro, como o não uso de máscaras em eventos, a promoção de aglomerações e a demora na compra de vacinas, viraram alvo de críticas dos gestores estaduais. Em carta aberta divulgada no dia 21 de março de 2021, um total de 16 governadores, incluindo os petistas Camilo Santana (PT-CE) e Wellington Dias (PT-PI), criticaram o presidente por “priorizar a criação de confrontos, a construção de imagens maniqueístas e o enfraquecimento da cooperação federativa” ao promover conflitos entre a sociedade e Executivos estaduais¹¹.

É válido ressaltar, ainda, que os conflitos no contexto da pandemia também tiveram como pano de fundo aspectos eleitorais. Um dos principais antagonistas de Bolsonaro na disputa com os gestores estaduais foi o governador de São Paulo, João Dória (PSDB), ex-aliado de Bolsonaro, tido como potencial adversário na disputa presidencial de 2022. O presidente também antagoniza publicamente com outros gestores estaduais, sobretudo os que se situam à esquerda e centro-esquerda do espectro político. Esse cenário de conflito simbólico também ocupou espaço nas redes sociais dos governadores, denotando o ambiente de tensão entre o Governo Federal e os gestores estaduais.

¹⁰ Postagem disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1273552208110460929>. Acesso em 6 dez. 2021.

¹¹ Ver notícia intitulada “Governadores afirmam que governo Bolsonaro promove ‘má informação’ e ‘conflito’”, publicada no site Poder 360: <https://is.gd/7LvJXj>.

O governador Camilo Santana protagonizou situações de embate com o presidente. Em visita de Bolsonaro ao município cearense de Tianguá, em março de 2021, Camilo recusou-se a recebê-lo e fez críticas ao adversário político em suas redes sociais. Em 2020, Wellington Dias e Rui Costa também se posicionaram contra a postura do presidente em suas redes sociais.



Figura 4. Print de crítica e Camilo Santana a Bolsonaro no Twitter¹²
Fonte: Perfil de Camilo no Twitter



Figura 5: Print de crítica de Rui Costa a Bolsonaro no Twitter¹³
Fonte: Perfil de Rui Costa no Twitter

¹² Postagem disponível em: <https://twitter.com/camilosantanace/status/1366365602651246594>. Acesso em 6 dez. 2021.

¹³ Postagem disponível em: https://twitter.com/costa_rui/status/1255654887536373763?lang=da. Acesso em 6 dez. 2021.



Wellington Dias ✓
@wdiaspi

...

Em resposta a @wdiaspi

Nós precisamos ter o Governo Federal apoiando quem assumir o cargo de ministro da saúde. Os estados, os municípios, o povo precisam nesse instante de estabilidade, de um poder central coordenando as ações de combate ao coronavírus no Brasil.

2:08 PM · 15 de mai de 2020 · Twitter Web App

Figura 6. Print de crítica de Wellington Dias a Bolsonaro no Twitter¹⁴
Fonte: Perfil de Wellington Dias no Twitter

Os exemplos acima foram selecionados a partir de uma análise exploratória realizada nos perfis do presidente Jair Bolsonaro e dos governadores petistas no Twitter, com o objetivo de elencar alguns dos temas nos quais há confrontos entre o presidente e os chefes de Executivo estaduais. É importante salientar que o presente artigo, de natureza exploratória, não teve como objetivo fazer uma categorização aprofundada das mensagens do presidente e dos governadores naquela rede social, o que pode vir a ser objeto de estudos futuros. Nossa intenção, de outro modo, era tão somente identificar alguns dos eixos temáticos nos quais identificam-se disputas narrativas, assuntos que motivaram confrontos entre Bolsonaro e governadores adversários. Desse modo, as publicações presidenciais no Twitter serviram ao presente estudo como vitrine para a construção de eixos temáticos que serão detalhadas nos tópicos a seguir.

5. Procedimentos metodológicos

A partir da compreensão do *fact-checking* estatal como ferramenta de legitimação discursiva e como prática permeada por disputas políticas, o objetivo do presente artigo é investigar as publicações dos governos estaduais chefiados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), observando se e *de que modo* as

¹⁴ Postagem disponível em: <https://twitter.com/wdiaspi/status/1261342611555733504>. Acesso em 6 dez. 2021.

“checagens oficiais” refletem disputas narrativas e antagonismos travados entre o presidente da República e os governadores brasileiros acerca da pandemia.

Sabemos que a tensão entre o chefe do Palácio do Planalto e os entes federados, no contexto da covid-19, não se deu apenas entre aqueles cujos líderes são identificados no espectro político de esquerda ou centro-esquerda, mas optamos por centrar nossa observação nos estados governados por lideranças petistas, por considerar que a polarização política brasileira hoje ocorre entre as forças petistas e bolsonaristas, acentuada principalmente pelo clima pré-eleitoral que coloca em lados opostos os apoiadores de Lula e Bolsonaro. Esse contexto político nacional tem repercussões na política praticada nos estados e na relação entre o presidente Bolsonaro e os governadores, podendo esse conflito se refletir no conteúdo das checagens estatais.

Antes de detalharmos a operacionalização da análise, é preciso deixar claro quais são os principais eixos de conflito envolvendo o presidente da República e os governadores no contexto da covid-19. Tal lista foi elaborada a partir das publicações no Twitter feitas por Bolsonaro e por governadores do PT em seus perfis naquela rede social, nas quais há críticas, ataques ou questionamentos explícitos entre eles, especificamente no que se refere à gestão da pandemia. Esses eixos temáticos, elencados a partir do Twitter, serviram como parâmetro na etapa de Análise de Conteúdo das checagens estatais. Isso porque, ao listarmos os temas que foram motivo de conflitos, foi possível aferir se determinada checagem estava associada, ou não, às disputas narrativas travadas entre os entes políticos.

Voltamos a ressaltar que o presente artigo não teve como objetivo empreender uma categorização temática aprofundada ou uma codificação das mensagens do presidente e dos governadores no Twitter, tarefa que poderá ser realizada em trabalhos futuros. Nossa intenção foi apenas identificar e listar, a partir de uma análise exploratória das postagens, temas que foram alvo de divergências explícitas entre o presidente e governadores petistas, conforme já relatado na seção 4 deste artigo e conforme será novamente ilustrado a seguir.

Foram analisadas, em caráter exploratório, postagens publicadas no Twitter entre março de 2020 e março de 2021, o mesmo recorte temporal considerado na análise das checagens das agências estatais de fact-checking. A partir da identificação de *posts* que continham críticas e questionamentos entre o presidente e governadores, elaboramos uma lista de temas que geraram conflitos entre os agentes políticos. São eles:

- 1) **Lockdown**: refere-se ao antagonismo entre Bolsonaro e governadores quanto à importância de restringir a circulação de pessoas nas ruas e de fechar serviços não essenciais para conter a circulação do coronavírus. Checagens que buscam esclarecer ações dos governadores quanto à restrição, ou quanto aos planos de retomada de atividades econômicas, são classificadas nesse eixo temático. As figuras 7 e 8 ilustram o conflito entre os agentes políticos nesse assunto.

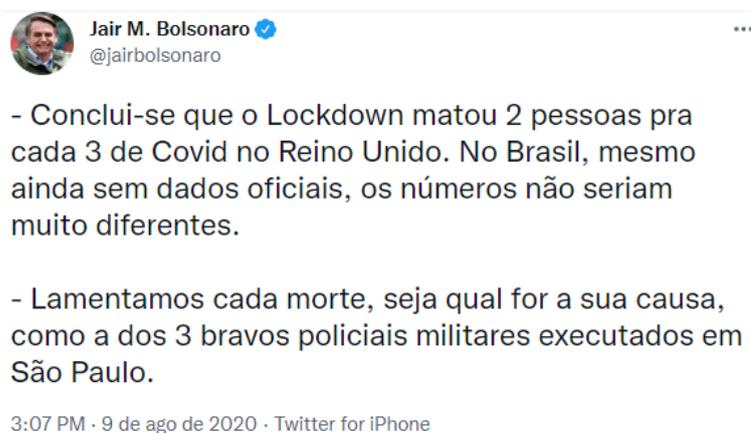


Figura 7. Postagem em que Bolsonaro critica o lockdown como política de prevenção¹⁵
Fonte: Perfil de Bolsonaro no Twitter

- 2) **Uso de medicamentos sem eficácia comprovada**: refere-se à divergência entre Bolsonaro e governadores quanto à defesa do presidente ao uso da cloroquina, hidroxiclороquina e ivermectina no tratamento da covid-19

¹⁵ Postagem disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1292523017315274758> . Acesso em 6 dez. 2021.

(Figura 9). Checagens referentes ao uso ou distribuição desses medicamentos são classificadas nesse eixo.

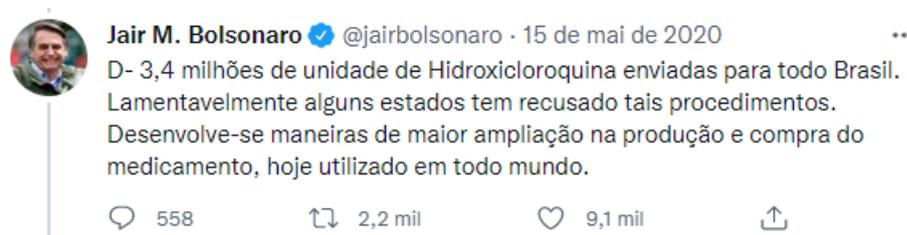


Figura 8. Postagem em que Bolsonaro critica governadores por se recusarem a distribuir e receber a hidroxicloroquina no tratamento da covid-19¹⁶
Fonte: Perfil de Bolsonaro no Twitter

3) Medidas sanitárias (decretos estaduais, uso de máscaras, distanciamento social etc.): refere-se divergência entre os entes quanto à implementação das demais medidas sanitárias de contenção da covid-19, excetuando-se o lockdown e as vacinas, que são categorizados em eixos específicos.

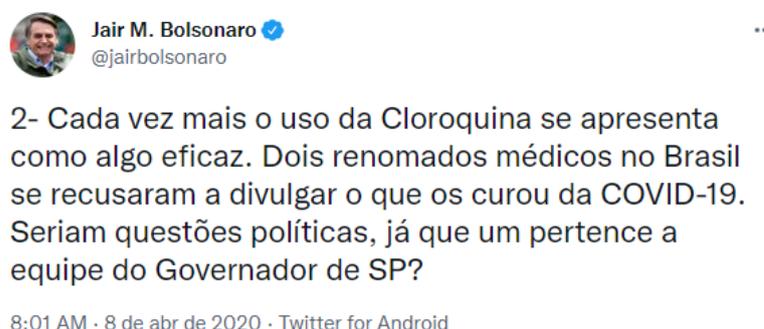


Figura 9. Jair Bolsonaro defende o uso de cloroquina como tratamento para Covid-19¹⁷
Fonte: Perfil de Bolsonaro no Twitter

4) Medidas sociais (auxílios, pagamentos, distribuição de renda etc.): refere-se às disputas entre Bolsonaro e governadores quanto aos esforços para amenizar os efeitos negativos da crise econômica provocada pela covid-19. Checagens que buscam esclarecer conteúdos sobre repasses

¹⁶ Postagem disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1261249929437200384>. Acesso em 6 dez. 2021.

¹⁷ Postagem disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1247841886917791745>. Acesso em 6 dez. 2021.

financeiros federais aos estados ou sobre pagamento de benefícios e salários, por exemplo, são classificados nesse eixo.

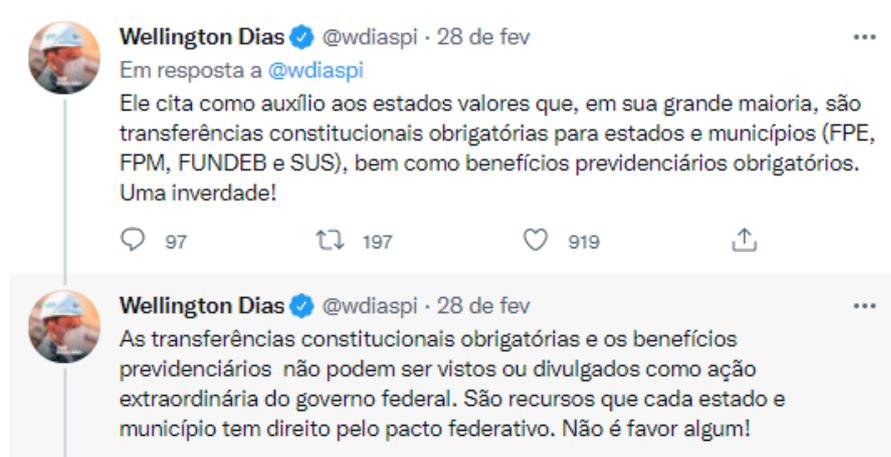


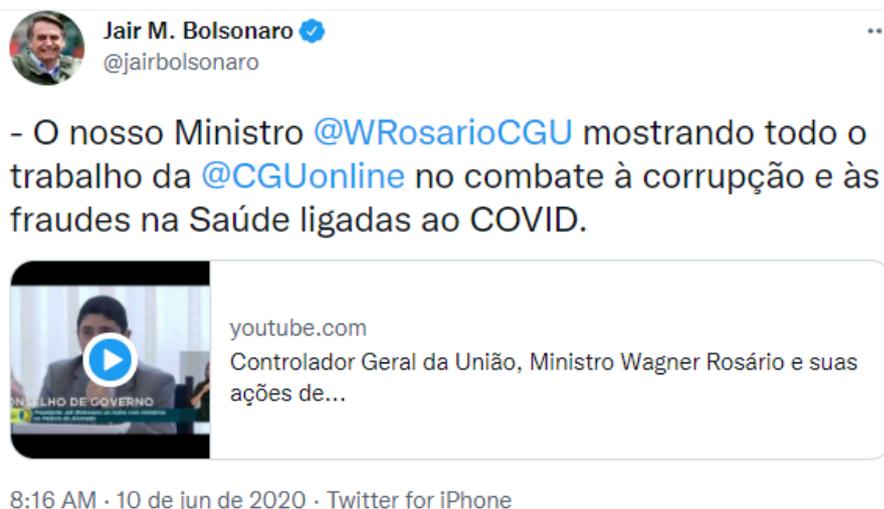
Figura 10. Postagem em que o governador Wellington Dias acusa Bolsonaro de divulgar dados distorcidos relacionados à ajuda financeira aos estados¹⁸
Fonte: Perfil de Wellington Dias no Twitter

5) Fraude, corrupção e mau uso dos recursos federais relacionados à covid:

referem-se às acusações de Bolsonaro sobre suposta improbidade na gestão da covid-19 nos estados. Checagens que buscam esclarecer fake news envolvendo corrupção, atos imorais e fraudes são classificadas nesse eixo.



¹⁸ Postagem disponível em: <https://twitter.com/wdiaspi/status/1366163772612747267>. Acesso em 6 dez. 2021.



Figuras 11 e 12. Bolsonaro cita investigações da Polícia Federal sobre corrupção na pandemia¹⁹

Fonte: Perfil de Bolsonaro no Twitter

6) Vacinas: refere-se às divergências quanto à eficácia de vacinas, à compra e à distribuição dos imunizantes pelo governo federal aos estados.

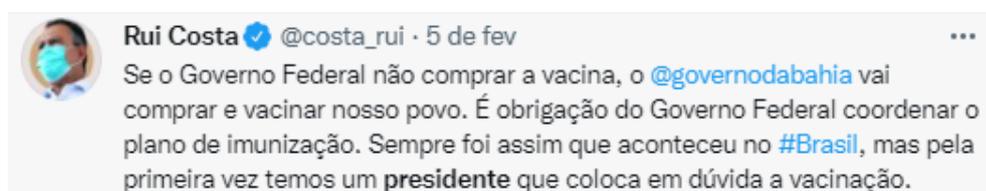


Figura 13. Postagem em que o governador da Bahia critica o governo federal em relação ao atraso na compra de vacinas contra a covid-19²⁰

Fonte: Perfil de Rui Costa no Twitter

Sabe-se que a listagem acima não necessariamente abrange a totalidade de conflitos estabelecidos entre os agentes políticos no que se refere à pandemia. Porém, considera-se que os principais tipos de divergência estão nela representados, sendo suficientes como parâmetro para a análise, que é composta por 121 checagens publicadas pelas ferramentas de *fact-checking* dos governos estaduais petistas – 66 publicações da Bahia, 29 do Ceará e 26 do Piauí. Consideramos nesta investigação, as publicações realizadas entre março

¹⁹ Postagem disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1261249103083835394>. Acesso em: 7 dez. 2021.

²⁰ Postagem disponível em: https://twitter.com/costa_rui/status/1357741953383882762. Acesso em: 7 dez. 2021.

de 2020, mês do primeiro registro brasileiro da covid-19, e março de 2021, assim compreendendo o primeiro ano da pandemia.

Feitas tais considerações, passemos ao percurso metodológico da análise empírica. Realizou-se uma Análise de Conteúdo (Bardin, 1977) de natureza quantitativa e qualitativa. A opção por essa metodologia justifica-se pela necessidade de nos atermos à materialidade linguística, às condições empíricas do texto, ao conteúdo explícito publicado. Ela permitirá estabelecer categorias objetivas de interpretação dos textos (Caregnato & Mutti, 2006) e destrinchar o conteúdo das checagens a partir dessas categorias específicas, o que nos trará elementos suficientes para que possamos responder nossa pergunta de pesquisa. De acordo com Bardin (1997, p. 105), “o texto pode ser recortado em ideias constituintes, em enunciados e em proposições portadoras de significações isoláveis”. Desse modo, buscamos aferir as checagens conforme os seguintes aspectos:

a) Menção à pandemia – o objetivo foi identificar, logo de partida, se a checagem estava relacionada, ou não, à temática geral da pandemia. Para isso, realizou-se a busca por palavras-chave (covid-19, pandemia, isolamento/distanciamento social, coronavírus e crise sanitária) tanto no texto quanto nas imagens utilizadas na checagem. Nesse aspecto, os textos foram classificados como SIM (faz menção) ou NÃO (não menciona).

b) Vinculação com temas da disputa Bolsonaro *versus* governadores – o objetivo foi identificar se o assunto alvo da checagem está relacionado a algum dos eixos de conflito entre o presidente e os governadores. Nesse aspecto, os textos foram classificados em duas etapas: na primeira, como SIM (tem vinculação com temas da disputa política) ou NÃO; na segunda etapa, em casos classificados como SIM, buscou-se identificar o eixo de conflito em questão, quais sejam: Lockdown; Uso de medicamentos sem eficácia comprovada; Medidas sanitárias; Medidas sociais; Fraude, corrupção e mau uso de recursos federais relacionados à covid-19; ou Vacinas. Cada texto foi classificado em apenas uma categoria temática.

c) Menção a agentes políticos – o objetivo foi identificar se e quais figuras políticas foram citadas nominalmente nas checagens, a fim de identificar possível personalização das disputas simbólicas eventualmente presentes nos textos. Nesse aspecto, os textos também foram classificados em duas etapas: na primeira, como SIM (cita agentes políticos) ou NÃO; em caso afirmativo, foram descritos e identificados todos os políticos mencionados.

É relevante salientar que analisamos cada checagem a partir de seu conteúdo explícito, evitando fazer suposições e interpretações baseadas em contextos ou outros elementos não assinalados de forma clara no *corpus*. Ademais, reforçamos que a categorização permitida pela AC, ou seja, a análise minuciosa dos textos conforme aspectos específicos, revelou-se plenamente capaz de trazer à tona elementos úteis à nossa interpretação, conforme poderá ser visto nos próximos parágrafos.

Embora a Análise de Conteúdo (AC) ofereça um arsenal metodológico fartamente utilizado nas ciências humanas, autores como Sampaio e Lycarião (2018) alertam para a importância de testes de confiabilidade e/ou concordância nas análises empreendidas, a fim de verificar se diferentes codificadores têm a mesma compreensão sobre as variáveis de análise e se a codificação pode ser replicada por outras pessoas, gerando resultados similares.

A análise foi feita por dois codificadores, autores deste trabalho. Em uma primeira etapa, realizou-se uma análise exploratória em uma amostra do *corpus* empírico (textos das checagens do Governo do Ceará), de forma separada, para que cada um pudesse formular as primeiras interpretações. Em seguida, os codificadores reuniram-se para discutir os resultados e gerar consensos, a fim de reduzir os riscos de divergências ao longo da análise do restante do *corpus*. Em um terceiro momento, os codificadores analisaram as checagens referentes aos estados do Piauí e Bahia de modo separado. Com apoio da ferramenta ReCal²¹, observou-se que a confiabilidade de 94,1% quando confrontados os resultados dos dois codificadores, alcançando o índice de alpha de Krippendorff

²¹ Ver ferramenta ReCal em: <http://dfreelon.org/utills/recalfront/>.

de 0.908 (Tab. 1), considerado um nível ótimo de confiabilidade. (Sampaio & Lycarião, 2018). Feitas as considerações sobre os procedimentos metodológicos adotados, passamos à apresentação dos resultados.

	Percent Agreement	Scott's Pi	Cohen's Kappa	Krippendorff's Alpha (nominal)	N Agreements	N Disagreements	N Cases	N Decisions
Variable 1 (cols 1 & 2)	94.1%	0.908	0.908	0.908	417	26	443	886

Tabela 1. Teste de confiabilidade entre os codificadores
Fonte: Elaboração dos autores (2021)

6. Apresentação e discussão dos resultados

O primeiro aspecto que observamos na análise diz respeito à incidência de checagens que, de algum modo, se relacionam com a temática da pandemia. Das 121 publicações analisadas, palavras-chave relacionadas ao assunto estiveram presentes em 69,4% (n=84) do total de checagens realizadas entre março de 2020 e março de 2021. Dos três estados, o que mais referenciou a pandemia em suas checagens foi o Ceará, que contou com alguma palavra ligada ao tema em 82,8% das publicações, seguido de Piauí (73,1%) e Bahia (62,1%).

Esse resultado confirma, em primeira análise, o nível de desinformação em torno da pandemia de covid-19, demonstrando que o assunto foi pauta predominante dos serviços estatais de *fact-checking* e revelando os esforços dos governos locais em divulgar sua versão dos fatos sobre o tema.

Um segundo aspecto considerado na análise e, decerto o mais importante para essa investigação, diz respeito à relação entre o assunto das checagens e os principais eixos do conflito entre Bolsonaro e governadores, entre eles Camilo Santana (PT-CE), Wellington Dias (PT-PI) e Rui Costa (PT-BA). Das 84 publicações que citam a pandemia, 77,4% (n=65) tratam de assuntos que foram alvo de confrontos entre o presidente e os chefes estaduais.

Este é um dado significativo, pois demonstra como os serviços de checagem foram apropriados pelos governos estaduais como ferramenta de legitimação do discurso dos governadores em temas sensíveis, caracterizados

pela disputa política e narrativa travada com o presidente da República. Entre os eixos de conflito mais incidentes nas checagens destaca-se, em primeiro lugar, a categoria “Fraude, Corrupção e mau uso dos recursos federais” que teve presença em 28 checagens empreendidas pelo conjunto dos três governos. Em seguida, aparece a categoria “Medidas sanitárias” (21 publicações). Depois, com menor incidência, as categorias “Uso de medicamentos sem eficácia comprovada” (6); “Lockdown” (4); “Vacinas” (4) e “Medidas sociais” (2).

O Piauí não registrou nenhuma publicação que tenha incidência dos eixos de conflito “Medidas sociais”, “Uso de medicamentos sem eficácia” e “Vacinas”. A Bahia, por sua vez, não registrou checagens sobre “Medidas sociais” e “Lockdown”. O Ceará, no entanto, teve registro de checagens em todas as categorias mencionadas acima.

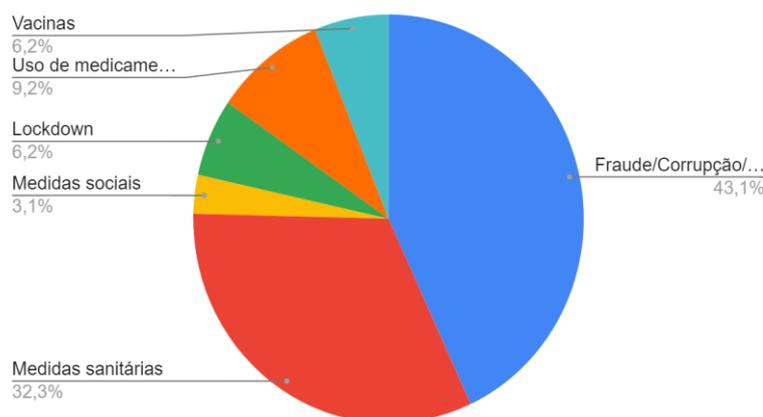


Gráfico 1. Percentual de checagens por categoria temática/eixo de conflito político
Fonte: Elaboração dos autores (2021)

Quanto à citação nominal de políticos, identificamos que, das 84 publicações analisadas, 51,2% (n=43) fazem referência a algum personagem do universo político. A maior incidência ocorreu na ferramenta de checagem do Governo da Bahia, que no universo de 41 postagens sobre a pandemia, registrou em 61% delas (n=25) citação nominal a algum político. Em menor incidência, aparece o Governo do Ceará (45,8%; n=11) e o do Piauí (36,8%; n=7).

Nos três estados, o presidente da República, Jair Bolsonaro, aparece explicitamente citado pelo nome ou pelo cargo em checagens em 11,9% (n=10)

das postagens sobre a pandemia. O estado com a maior incidência é a Bahia, em que o presidente é referenciado em 22% (n=10) das publicações do estado. No Ceará, o chefe do Executivo Federal surge citado em 4,2% das checagens (n=1) e, no Piauí, não há nenhuma menção a ele, seja em texto ou imagens. As checagens do Governo Bahia, portanto, são as que registram a maior ocorrência de citação ao presidente brasileiro. Como ilustração, destacamos a checagem intitulada “Fato! Presidente envia fake para ministro da justiça sobre gestão do Hospital Espanhol em Salvador”. Nela, o Governo da Bahia esclarece uma notícia falsa envolvendo os senadores baianos Otto Alencar e Ângelo Coronel, ambos do PSD, e o secretário de Saúde da Bahia, Fabio Vilas-Boas, que estariam envolvidos em um esquema envolvendo a reativação do Hospital Espanhol, em Salvador, para atender pacientes da covid-19.

No dia 22 de abril de 2020, o presidente da República encaminhou ao então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, uma notícia falsa sobre o assunto. A mensagem veio à tona após o jornal O Estado de S. Paulo divulgar uma série de mensagens recuperadas do celular do ex-ministro pela Polícia Federal, no contexto da escandalosa tentativa de interferência do presidente da República na instituição, que motivou o pedido de demissão de Moro. O texto da checagem baiana deixa registrado que é falsa a acusação do presidente e o cita, inclusive no título da postagem.



Figura 14. Reprodução da checagem da Bahia rebatendo o presidente Jair Bolsonaro
Fonte: Governo da Bahia

Em outra checagem, sob o título “Fake! Governador da Bahia nunca recomendou tratamento precoce contra Covid-19”, o presidente volta a ser citado pelo serviço do governo baiano, dessa vez como apoiador do chamado tratamento precoce contra a covid-19, que recomendava o uso de medicamentos não-comprovados:

Não há nenhuma comprovação científica respaldando o suposto “tratamento”, **que é defendido publicamente pelo atual presidente da República**. As pesquisas realizadas por instituições nacionais e internacionais sérias têm indicado o contrário: não há remédio que previna o coronavírus (Governo da Bahia, 2020, online, grifo nosso).

No caso do Ceará, o presidente da República não é mencionado no texto de nenhuma das postagens analisadas, mas aparece na imagem da checagem “É falsa postagem sobre suposta redução no número de óbitos por doenças em 2020”. Neste caso, a imagem do presidente surge acima do deputado estadual André Fernandes (PSL-CE), em reprodução de uma postagem no Instagram, em que o presidente republicou nas suas redes sociais uma imagem em que

Fernandes acusava o governo cearense de manipular números da covid-19 como estratégia política.



Figura 15. Reprodução da checagem que rebate declaração de Fernandes que havia sido repostada por Bolsonaro em seu perfil no Instagram
Fonte: Agência Antifake CE

Além de André Fernandes, outros parlamentares apoiadores de Bolsonaro também foram citados em checagens realizadas pelo governo cearense, a exemplo da deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP), uma das principais aliadas de Bolsonaro no Congresso Nacional. Na checagem intitulada “Esclarecimento sobre registro de óbitos por Covid-19 no Ceará”, a imagem de Zambelli aparece na publicação, embora a declaração original da parlamentar²², motivadora do esclarecimento da agência, não tenha sido reportada. O próprio título da checagem, assim como o conteúdo do texto, deixa claro que o desmentido está relacionado a falsas acusações de Zambelli sobre suposta manipulação de dados da doença.

A deputada federal também aparece citada em checagem realizada pelo Governo da Bahia, intitulada “Fake! Em vídeo, deputada mentiu sobre repasses

²² Embora o Governo do Ceará não tenha reproduzido as declarações da deputada, é importante mencionar, a título de esclarecimento aos leitores do presente artigo, que Carla Zambelli havia afirmado que, no Ceará, caixões estariam sendo enterrados vazios. Disponível em: <https://is.gd/R10Pzl>.

do Governo Federal ao Estado da Bahia”, na qual a administração estadual rebate uma informação da parlamentar sobre os repasses federais emergenciais destinados à Bahia para o enfrentamento da covid-19.

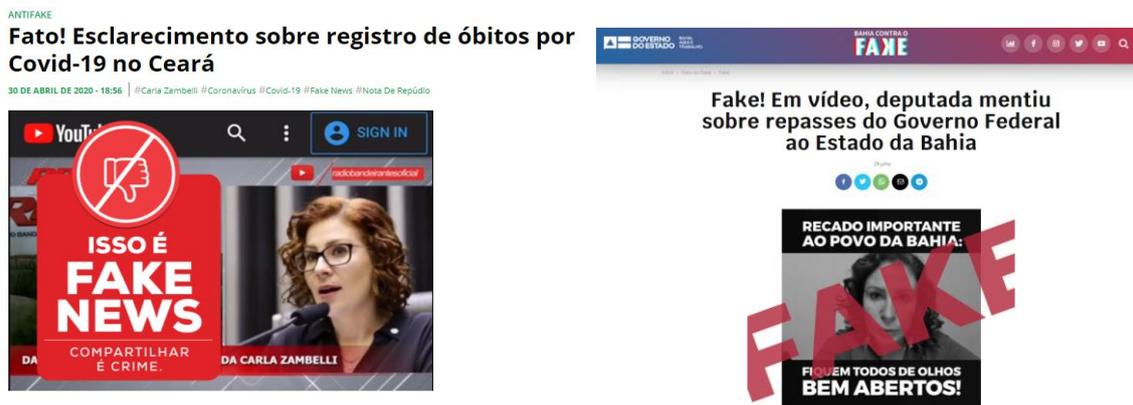


Figura 16. Checagem em que os governos do Ceará e da Bahia rebatem a deputada federal Carla Zambelli
Fonte: Governos do Ceará e da Bahia

Identificamos ainda a citação nominal dos próprios governadores estaduais em parte considerável das checagens relativas à pandemia. Considerando os três estados, 32 publicações (38,1%) sobre a pandemia fazem referência direta aos respectivos governadores. Na Bahia, o governador Rui Costa aparece em 41,5% (n=17) das postagens realizadas pelo serviço estatal de checagem, configurando o chefe de Executivo estadual mais citado entre os serviços analisados. Em seguida, aparece o governador Wellington Dias, do Piauí, com 36,8% (n=7). Depois, Camilo Santana, no Ceará, nominalmente citado em 33,3% (n=8) postagens sobre a pandemia.

No caso do Piauí, é interessante perceber que as checagens estatais trazem referências diretas ao governador Wellington Dias sobretudo em conteúdos relativos à pandemia localizados nos eixos de disputa entre os governadores e Bolsonaro. Apesar de o presidente não ser referenciado em nenhuma publicação do Piauí, fica implícita as marcas de disputa discursiva entre o campo bolsonarista e o gestor petista, explicitado pelo recorrente uso da imagem do próprio governador do estado nos conteúdos desinformativos que o serviço estatal de checagem busca desmentir.

Como exemplo, citamos a checagem sob o título “Governador não destinou R\$ 223 mil a filme gay em plena crise do coronavírus”. Nela, o Governo do Piauí rebate um conteúdo alinhado à pauta de costumes, recorrentemente acionada pelos bolsonaristas, em que a imagem de Wellington Dias é acionada ao tratar da destinação de recursos estaduais para realização de filmes com temática gay durante a pandemia. O conteúdo circulante nas redes sociais expõe a imagem do governador e questiona a aplicação dos recursos no filme em tempos de crise sanitária. A publicação estatal, por sua vez, busca explicar a decisão do governo. Aqui, fica evidente a disputa de discursivo entre o governador e apoiadores do bolsonarismo, tendo como pano de fundo uma pauta intimamente relacionada ao presidente Bolsonaro, primeiro pelo questionamento do uso de recursos públicos na gestão da crise sanitária e depois pela vinculação com a pauta de costumes.



Governador não destinou R\$ 223 mil a filme gay em plena crise do coronavírus

A publicação contida no Diário Oficial do Estado é apenas uma prorrogação de vigência do edital de 2017 – quando não havia [...]

3 de Maio de 2020 às 11:51



A publicação contida no Diário Oficial do Estado é apenas uma prorrogação de vigência do edital de 2017 – quando não havia pandemia de coronavírus, portanto – e foi necessária para que houvesse a conclusão do filme “Cena Gay”.

O edital trata da produção de um total de 14 filmes, cujo investimento com recursos da Secult – no valor de R\$ 2 milhões – é a contrapartida que se soma aos R\$ 4 milhões destinados ao projeto pela Agência Nacional do Cinema (Ancine), através de uma seleção pública.

Dessa forma, além de aquecer o mercado audiovisual local, as produções impactam não apenas no cenário cultural do Piauí, como também favorecem a circulação de recursos e a geração de emprego e renda no setor.

Os filmes foram selecionados através de edital e avaliados por uma banca de especialistas qualificados e respeitados, o que dá respaldo e pertinência às temáticas apresentadas. Dentre os 14 filmes, dois já foram lançados: um deles o Documentário “Torquato Neto – Todas as horas do fim”, que rendeu 10 premiações, e o Documentário “Nléde Guidon – Memórias da vida”, que foi selecionado para o Festival É Tudo Verdade – Festival

Figura 17. Checagem do Governo do Piauí rebatendo críticas sobre a destinação de recursos para filme com temática gay
Fonte: Governos do Piauí

Assim, entende-se que o Governo do Piauí recorreu a estratégias mais sutis para embutir as disputas políticas emergentes entre o Governo Federal e os governos estaduais, apelando para a demonstração implícita do conflito, sem citar diretamente o presidente da República ou apoiadores do bolsonarismo. O mesmo não ocorreu em estados como a Bahia, principalmente, e o Ceará que,

em algumas publicações, preferiram acionar diretamente o presidente e/ou os seus apoiadores, deixando evidente nas suas checagens estatais a disputa política travada entre as esferas federal e estadual.

7. Considerações finais

A análise empreendida no presente artigo demonstra que a pandemia da covid-19 foi o principal assunto pautado pelos serviços de checagem dos governos estaduais liderados pelo Partido dos Trabalhadores no primeiro ano da crise sanitária, aparecendo em 84 das 121 publicações analisadas, denotando assim a instrumentalização da crise sanitária por meio dos grupos disseminadores de conteúdo falso e enganoso na web. Tal situação induziu esforços dos governos em esclarecer e divulgar sua versão dos fatos, situando-os diretamente nos eixos de conflito entre Bolsonaro e governadores.

É importante salientar que nem sempre as disputas entre os entes políticos se deram de forma explícita. Não é possível afirmar, por exemplo, que todos os governos petistas utilizaram as checagens para confrontar Bolsonaro, ou que parte significativa das checagens respondem diretamente a declarações do presidente. Entretanto, a análise permite sustentar que os temas em torno dos quais se estabeleceu o conflito se refletiram na maioria das desinformações que levaram aos esclarecimentos dos governadores petistas, com destaque especial às denúncias de fraude, corrupção e má aplicação de recursos relacionados à covid-19 nos estados.

Desse modo, consideramos ser possível responder às perguntas que guiaram a elaboração deste estudo: as checagens publicadas pelos governos estaduais petistas embutem, sim, as disputas políticas entre Bolsonaro e governadores, ao priorizarem temáticas que foram alvo de divergências entre os agentes, embora nem todas as publicações tenham feito menção explícita e direta aos embates com o chefe do Executivo Federal. Agentes políticos do campo bolsonarista foram citados nominalmente em casos minoritários. Contudo, a incidência temática dos eixos de conflito e as várias menções aos

governadores Camilo Santana (PT-CE), Rui Costa (PT-BA) e Wellington Dias (PT-PI) embutem aspectos políticos no trabalho de checagem oficial.

Outro ponto observado foi que o uso da tática jornalística do *fact-checking* reitera o esforço dos governos estaduais em se posicionar no polo discursivo da verdade. Investigações futuras podem ajudar a entender e discutir esse aspecto, tentando observar o deslizamento de sentido entre o discurso jornalístico e o discurso político, promovido pelos governos estaduais ao se assumir, então, como instituições legitimadoras da verdade a partir das ferramentas de checagem estatal.

Nestes casos, entende-se que o *fact-checking* aparece como elemento legitimador do discurso político. Para isso, os serviços estatais de checagem se valem de recursos já enraizados no campo jornalístico, como o discurso da busca pela verdade dos fatos e a apuração de informações, elementos de certo modo popularizados no repertório da audiência a partir da exposição a conteúdos jornalísticos. Outras investigações poderão aprofundar o tema investigando se esses mesmos resultados podem ser encontrados nas checagens praticadas por outros estados brasileiros, além desses chefiados pelo PT. É possível ainda realizar estudos específicos sobre a linguagem utilizada nas checagens oficiais, a fim de perceber outras formas de os governos estaduais embutir tais disputas, bem como perceber quais as estratégias de credibilização e legitimação utilizadas pelos governos na construção das suas checagens.

Referências

Alves, M. S. (2017). Campanha não oficial–A Rede Antipetista na eleição de 2014. *Revista Fronteiras - Estudos Midiáticos*, 1(19), 102-119.

<https://doi.org/10.4013/fem.2017.191.10>

Alves, M. S. (2021) Plataformização da comunicação política: governança algorítmica da visibilidade entre 2013 e 2018. *E-Compós*, (24).

Disponível em: <https://doi.org/10.30962/ec.2101>

Amazeen, M. (2018). Practitioner perceptions: critical junctures and the global emergence and challenges of fact-checking. *International Communication Gazette*, 81, 541-561. Disponível em:

<https://doi.org/10.1177/1748048518817674>

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Cabañes, J. V. (2020). Digital Disinformation and the Imaginative Dimension of Communication. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 97(2), 435-452. <http://dx.doi.org/10.1177/1077699020913799>

Caregnato, R. C. A, Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto contexto*. 15 (n.4),679-684. Acedido em: <https://bit.ly/3edaUg6>.

Egelhofer, J. L., & Lecheler, S. (2019). Fake news as a two-dimensional phenomenon: A framework and research agenda. *Annals of the International Communication Association*, 43(2), 97-116. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23808985.2019.1602782>

Gelfert, A. (2018). Fake News: a definition. *Informal Logic*, 38, 84-117, University of Windsor Leddy Library. <http://dx.doi.org/10.22329/il.v38i1.5068>

Governo da Bahia. (29 de julho de 2020). "Fake! Em vídeo, deputada mentiu sobre repasses do Governo Federal ao Estado da Bahia". Disponível em: <https://bahiacontraofake.com.br/fake-em-video-deputada-mentiu-sobre-repasses-do-governo-federal-ao-estado-da-bahia/>

Governo da Bahia. (16 de agosto de 2020). Fato! Presidente envia fake para ministro da justiça sobre gestão do Hospital Espanhol em Salvador. Disponível em: <https://bahiacontraofake.com.br/fato-presidente-envia-fake-para-ministro-da-justica-sobre-gestao-do-hospital-espanhol-em-salvador>

Governo Do Ceará. (2020f). Antifake: Governo do Ceará lança agência de checagem de dados e notícias. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/04/29/antifake-governo-do-ceara-lanca-agencia-de-checagem-de-dados-e-noticias/>

Governo Do Ceará. (2020d). É falsa a notícia de circulação de novo vírus com sintomas da Covid-19. Disponível em:

<https://www.ceara.gov.br/2020/05/01/e-falsa-a-noticia-de-circulacao-de-novo-virus-com-sintomas-da-covid-19>

Governo Do Ceará. (2020a). É falsa postagem que aponta menos mortes por doenças respiratórias em 2020 em relação ao ano passado. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/05/12/e-falsa-postagem-que-aponta-menos-mortes-por-doencas-respiratorias-em-2020-em-relacao-ao-ano-passado/>

Governo Do Ceará. (2020c). Entenda o protocolo de uso da Cloroquina na Rede Pública Estadual. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/05/19/entenda-o-protocolo-de-uso-da-cloroquina-na-rede-publica-estadual>

Governo Do Ceará. (2020b). FAKE NEWS: Imagens do governador em confraternização são anteriores ao isolamento social. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/03/23/fake-news-imagens-do-governador-em-confraternizacao-sao-antiores-ao-isolamento-social>

Governo Do Ceará. (2021). Governo do Ceará estabelece a verdade sobre vídeo fake. 2021. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2021/03/19/governo-do-ceara-estabelece-a-verdade-sobre-video-fake/>

Governo Do Piauí. (2020). Governador não destinou R\$ 223 mil a filme gay em plena crise do coronavírus. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/fakenews/governador-destina-r-223-mil-a-filme-gay-em-plena-crise-do-coronavirus/>

Graves, L. (2016). *Deciding what's true: the rise of political fact-checking in american journalism*. Columbia University Press.

Kreiss, D. & McGregor, S. C. Technology Firms Shape Political Communication: the work of microsoft, facebook, twitter, and google with campaigns during the 2016 u.s. presidential cycle. *Political Communication*, 35 (2), 155-177. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/10584609.2017.1364814>

Lelo, T. V. (2019, outubro). *Recepção de fake news e fact-checking em contexto de polarização política* [trabalho apresentado]. 28º Encontro Anual da

COMPÓS, Porto Alegre. <https://proceedings.science/compos-2019/papers/recepcao-de-fake-news-e-fact-checking-em-contexto-de-polarizacao-politica>

Miguel, L. F. (2019). Jornalismo, polarização política e a querela das fake news. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 16(2), 46-58.

<https://doi.org/10.5007/1984-6924.2019v16n2p46>

Moretzsohn, S. (2019). Chaff, wheat, filters, and bubbles: a discussion on fake news, journalism, credibility, and affections at network times. *Brazilian Journalism Research*, 15(3), 540.

<https://doi.org/10.25200/BJR.v15n3.2019.1188>

Nicey, J. & Bigot, L. (2020). O suporte do Google e do Facebook para checagem de fatos na França: entre transparência e dependência. *Sobre jornalismo*, 9. Disponível em:

<http://www.surlejournalisme.kinghost.net/rev/index.php/slj/article/view/417>

Piaia, V., & Alves, M. (2020). Abrindo a caixa preta: análise exploratória da rede bolsonarista no WhatsApp1. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 43, 135-154. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-5844202037>.

Sampaio, R., & Lycarião, D. (2018). Eu quero acreditar! Da importância, formas de uso e limites dos testes de confiabilidade na Análise de Conteúdo. *Revista de Sociologia e Política*, 26, 31-47.

<https://doi.org/10.1590/1678-987318266602>

Seibt, T. (2019). *Jornalismo de verificação como tipo ideal: a prática de fact-checking no Brasil*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/193359>.

Silva, N. R.; & Costa, R. (2020, 10 de setembro). *Checagem de fatos no combate à desinformação na pandemia: um estudo de caso de fact-checking na comunicação pública estatal* [trabalho apresentado]. VII Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, São Paulo. Disponível em: <https://abraji-bucket-001.s3.sa-east>

1.amazonaws.com/uploads/publication_info/details_file/a747d4b4-ee06-473c-9ee7-ed15a1ebe0a3/artigo_abraji_2020_1_.docx.pdf

Wardle, C., & Derakhshan, H. (2017). Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Council of Europe, 27. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c>

Rômulo Almeida da Costa

Rômulo Costa é jornalista e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM-UFC), na linha de pesquisa Mídias e Práticas Socioculturais. É integrante do GRUPPOCOM (Grupo de Pesquisa em Política, Opinião Pública e Comunicação), também vinculado ao PPGCOM-UFC.

Hébely da Silva Rebouças

Hébely Rebouças é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM-UFC), na linha de pesquisa Mídias e Práticas Socioculturais. É integrante do GRUPPOCOM (Grupo de Pesquisa em Política, Opinião Pública e Comunicação) e do PraxisJor (Grupo de Pesquisa Práxis no Jornalismo), ambos vinculados ao PPGCOM-UFC. É jornalista e servidora técnico-administrativa da Coordenadoria de Comunicação e Marketing da mesma Universidade.

Data de submissão: 16/09/2021 – Data de aceite: 15/12/2021